

O acesso à formação deve ser conjugado com qualidade. Por Haroldo Rocha, Camila Naufel e Maria Julia Lima

Má formação de professores aprofunda desigualdades

A decisão do Conselho Nacional de Educação sobre as diretrizes para a formação inicial de professores terá efeito direto sobre a aprendizagem de milhões de crianças e adolescentes nas próximas décadas. Ao regulamentar o novo marco das licenciaturas, o Brasil define quanto da formação do futuro docente acontecerá com presença efetiva na universidade, nas escolas e em situações reais de prática profissional.

O CNE acertou ao manter a exigência de que 50% da carga horária seja cumprida presencialmente e ao preservar a vedação às licenciaturas 100% a distância. Também deu um passo relevante na organização do estágio supervisionado. A decisão confirma um princípio que deveria orientar toda política de formação docente: ensinar é uma profissão que se aprende também na relação com a prática.

Ainda assim, o texto aprovado deixou uma brecha. Os 20% de atividades síncronas mediadas ou presenciais, que deveriam valer para todas as licenciaturas semipresenciais, passaram a ser exigidos apenas dos cursos que, em duas edições consecutivas do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), ficarem nas faixas insatisfatórias de desempenho, com conceitos 1 ou 2. Para os demais, essa exigência deixa de valer como regra geral.

Com isso, a interação qualificada deixa de compor o padrão de formação de todos os futuros professores e passa a funcionar como correção para cursos que já apresentaram baixo desempenho — em outras palavras, a regra espera o problema aparecer para exigir o acompanhamento

que deveria preveni-lo. Na formação docente, essa diferença pesa. A parte remota de uma licenciatura também precisa criar situações de presença pedagógica. Atividades assíncronas podem apoiar o estudo, mas a formação docente exige troca.

Os dados mais recentes do Enade das Licenciaturas ajudam a dimensionar o desafio. Apenas 20,2% dos concluintes dos cursos avaliados alcançaram o nível adequado. Nas licenciaturas presenciais, esse percentual foi de 31,9%; na educação a distância, 12,3%. A diferença também aparece nas questões discursivas, que exigem leitura, interpretação, argumentação escrita e capacidade de propor uma intervenção pedagógica: 40,8% dos concluintes de cursos a distância tiveram nota abaixo de 5, em comparação com 22,5% dos concluintes dos cursos presenciais.

O principal argumento usado para defender regras menos exigentes nas licenciaturas é o risco de reduzir a oferta de professores em municípios pequenos. A preocupação merece atenção: em algumas regiões, polos de EaD ampliaram o acesso ao ensino superior e criaram oportunidades de formação antes escassas. Mas os dados territoriais mostram que essa justificativa não sustenta, sozinha, uma flexibilização ampla da formação docente.

Um estudo baseado em microdados do Enade 2025, do Censo da Educação Superior 2024 e da malha municipal do IBGE ajuda a qualificar esse debate. Realizado por Marcelo Ribeiro, especialista em políticas públicas baseadas em evidências e valorização docente e ex-secretário adjunto de Gestão de Pessoas do Pará, o levantamento mostra que a justifi-



cativa territorial da EaD é mais frágil do que parece. Em Pedagogia, área que concentra dois terços da formação docente EaD, 78% dos concluintes vivem em municípios que já oferecem o curso presencialmente e 93% estão a até 50 quilômetros de uma oferta. Entre os que estão fora dos grandes centros, apenas 2,1% estão a mais de 150 quilômetros de um curso presencial.

Ainda segundo a análise, nas 15 áreas observadas a capacidade presencial ociosa nos maiores centros já seria suficiente para atender, no agregado, a demanda hoje absorvida pela educação a distância. Em sete delas, as vagas públicas ociosas já seriam suficientes. Nas demais, a soma de

vagas públicas e privadas daria conta da demanda.

Esses achados enfraquecem o argumento de que o país precisa aceitar uma formação menos interativa para preservar o acesso. O desafio real é outro: transformar a oferta existente em caminhos viáveis para estudantes trabalhadores, com permanência estudantil, financiamento, planejamento territorial e modelos semipresenciais bem desenhados. A vaga precisa estar perto, caber na rotina de quem trabalha e oferecer uma formação à altura da responsabilidade de ensinar.

A formação insuficiente dos professores chega à escola e afeta diretamente os estudantes da educação básica: a criança que

precisa aprender a ler no tempo certo, o adolescente que precisa avançar em matemática, a turma que depende de boas práticas de ensino ao longo de sua trajetória escolar. Para os estudantes que mais dependem da escola pública, aprender é condição para ampliar oportunidades. Quando a formação docente é frágil, a escola aprofunda desigualdades que deveria ajudar o país a superar.

E, além da desigualdade, a educação brasileira convive com defasagem de aprendizagem e baixa atratividade da carreira docente. Mais do que desafios sobrepostos, esse é um ciclo que se retroalimenta. Formações frágeis tornam a entrada na sala de aula mais difícil, pioram as con-

dições de aprendizagem e reduzem o apelo da profissão para novas gerações. Enfrentar esse quadro passa, necessariamente, por formar melhor quem chega à sala de aula. Por isso, a saída institucional deve ser consequente: preservar os avanços da norma e corrigir o ponto em que foi adotada a correção tardia em detrimento da prevenção.

O CNE evitou um retrocesso maior ao preservar os 50% de presencialidade e a vedação às licenciaturas 100% a distância. Falta agora um ajuste pontual. O MEC pode, antes da homologação, devolver ao CNE o dispositivo que restringe a exigência dos 20% de atividades síncronas apenas aos cursos de baixo desempenho reiterado no Enade, estendendo essa exigência a todas as licenciaturas semipresenciais.

O desenho mais consistente combina 50% de carga presencial, 20% de atividades síncronas mediadas ou presenciais e até 30% de atividades a distância. Esse modelo preserva flexibilidade e garante interação, acompanhamento e vínculo com a prática. É uma correção específica, não uma reabertura geral da norma, e o Ministério pode fazê-la antes que a regra entre em vigor.

Acesso importa, mas qualidade também é direito — tanto para o estudante da licenciatura quanto para cada aluno que, um dia, dependerá desse professor para aprender.

Haroldo Rocha é diretor-geral do Movimento Profissão Docente.

Camila Naufel é diretora de gestão institucional e políticas docentes do Movimento Profissão Docente.

Maria Julia Lima é coordenadora de formação inicial docente do Movimento Profissão Docente.